



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 0316585-1
CÍVEL Nº
COMARCA: 27ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PE
EMBARGANTE: QUEIROZ GALVÃO EMPREENDIMENTOS S/A
EMBARGADAS: QUIMICOM INDÚSTRIAS LTDA E OUTRO
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÕES
DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDIDAS.
INEXISTÊNCIA DE VÍCIO QUE JUSTIFIQUE A
OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS. EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS. DECISÃO
UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0316585-1**, em que figuram como embargante **QUEIROZ GALVÃO EMPREENDIMENTOS S/A** e como embargadas **QUIMICOM INDÚSTRIAS LTDA E OUTRO**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam o seguinte: "**Por unanimidade de votos foram rejeitados os embargos**". Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 03 de junho de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª CÂMARA CÍVEL
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0316585-1

COMARCA: 27ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – PE
EMBARGANTE: QUEIROZ GALVÃO EMPREENDIMENTOS S/A
EMBARGADAS: QUIMICOM INDÚSTRIAS LTDA E OUTRO
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

QUEIROZ GALVÃO EMPREENDIMENTOS S/A, regularmente qualificado e representado, opõe os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES, com fundamento no art. 535 do CPC, em razão de Acórdão proferido por esta Colenda 6ª Câmara Cível (fls. 526).

Em suas razões, sustenta o EMBARGANTE: (a) que há clara necessidade de saneamento de erros materiais verificados na decisão vergastada; (b) que a decisão embargada foi omissa quanto ao termo inicial do prazo decadencial nonagesimal para a propositura de ação; (c) que o termo inicial corresponde ao momento da expedição do “habite-se”; (d) que a decisão embargada foi omissa quanto ao fato de que não havia impedimento para o recebimento dos apartamentos em face das alegadas divergências referentes às especificações da garagens.

Contrarrazões às fls. 557/559, pelo improvimento do recurso integrativo.

É o que se impõe relatar.

Recife, 26 de março de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª CÂMARA CÍVEL
GABINETE DO DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 0316585-1
CÍVEL Nº
COMARCA: 27ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PE
EMBARGANTE: QUEIROZ GALVÃO EMPREENDIMENTOS S/A
EMBARGADAS: QUIMICOM INDÚSTRIAS LTDA E OUTRO
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Nada a sanear no Acórdão embargado. A despeito do que argui o EMBARGANTE, entende-se que a entrega efetiva do imóvel não ocorre quando da expedição do "habite-se", mas quando do efetivo recebimento do imóvel pelo comprador, isso é, na imissão na posse, não havendo, assim, qualquer violação ao art. 26, inciso II, do CDC.

Ademais, convém salientar que as EMBARGADAS recusaram-se receber os imóveis, tendo em vista o manifesto inadimplemento da EMBARGANTE, considerando-se a tentativa de entrega dos imóveis com as respectivas garagens em acabamento diverso daquele pactuado, provocando desvalorização nos referidos imóveis, sendo, assim justificável a recusa no recebimento dos imóveis.

Ora, até que seja sanado o vício ou que sejam as EMBARGADAS indenizadas na proporção da desvalorização sofrida pelos imóveis, podem rejeitar o recebimento dos apartamentos.

As questões postas na lide, portanto, foram devidamente examinadas e decididas, não havendo obscuridade, contradição ou omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela EMBARGANTE.

Assim, reexaminando os pontos inquinados de omisso, releio o acórdão embargado e observo que a matéria foi amplamente dissecada e debatida em todos os seus aspectos.

Vale asseverar que cabe ao julgador apreciar a lide de acordo com o seu livre convencimento, fundamentando sua decisão, não estando obrigado a analisar todos os pontos suscitados pelas partes.

Assim, como acima exposto, não havendo nada a aclarar, suprir ou declarar,
VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

É como voto.

— Recife, 24/05/2014.